



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCSA)
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE (DFC)
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ATUARIAIS (CCA)**

ANTÔNIO JOSÉ PEREIRA NETO

**ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E A EVOLUÇÃO DOS GASTOS
PREVIDENCIÁRIOS NO BRASIL NO PERÍODO DE 2010 A 2022**

**JOÃO PESSOA, PB
2024**

ANTÔNIO JOSÉ PEREIRA NETO

**ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E A EVOLUÇÃO DOS GASTOS
PREVIDENCIÁRIOS NO BRASIL NO PERÍODO DE 2010 A 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso para o curso de Ciências Atuariais na UFPB, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Atuariais.

Área de concentração: Demografia e Previdência

Orientador: Prof^a. Dra. Vera Lúcia Cruz

**JOÃO PESSOA, PB
2024**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N469e Pereira Neto, Antonio Jose.

Envelhecimento populacional e a evolução dos gastos previdenciários no Brasil no período de 2010 a 2022 / Antonio Jose Pereira Neto. - João Pessoa, 2024.
38 f. : il.

Orientação: Vera Lúcia Cruz.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Previdência social. 2. Envelhecimento da população. 3. Reforma previdenciária. I. Cruz, Vera Lúcia. II. Título.

UFPB/CCSA


CDU 368

ANTÔNIO JOSÉ PEREIRA NETO


**ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E A EVOLUÇÃO DOS GASTOS
PREVIDENCIÁRIOS NO BRASIL NO PERÍODO DE 2010 A 2022**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Atuariais, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do TCC em Ciências Atuariais da Universidade Federal da Paraíba.


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **VERA LUCIA CRUZ**
Data: 01/05/2024 14:07:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Presidente(a): Prof.(a) Dra. Vera Lúcia Cruz Instituição:
UFPB

Documento assinado digitalmente
 **HERICK CIDARTA GOMES DE OLIVEIRA**
Data: 01/05/2024 20:28:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro: Prof. Dr. Herick Cidarta Gomes de Oliveira
Instituição: UFPB

Documento assinado digitalmente
 **TIAGO HENRIQUE DE SOUZA ECHTERNACHT**
Data: 03/05/2024 17:28:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro: Prof. Dr. Tiago Henrique de Souza Echternacht Instituição:
UFPB

João Pessoa, 29 de abril de 2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ser a fonte de toda bondade e misericórdia, a quem recorro em todas as horas. Agradeço profundamente por guiar meus passos e iluminar meu caminho.

À minha mãe, *in memoriam*, que sempre foi minha inspiração, meu exemplo de amor, dedicação e força. Sua presença permanece viva em mim e sou grato por cada ensinamento e momento compartilhado.

À minha esposa, por ser minha companheira fiel, meu porto seguro, e por todo o amor, apoio e compreensão que me dedica diariamente. Sua presença em minha vida é um presente de Deus.

Aos meus filhos, por serem minha razão de viver, minha maior alegria. Cada um de vocês é uma bênção em minha vida, e por isso eu sou eternamente grato.

Aos professores da UFPB, pelo conhecimento transmitido, pela dedicação em ensinar e pela inspiração que proporcionam. Cada ensinamento recebido foi fundamental para minha formação acadêmica e pessoal.

A todos vocês, meu mais sincero e profundo agradecimento. Que Deus abençoe cada um e ilumine sempre seus caminhos.

“A persistência é o caminho do êxito.”

(Charles Chaplin)

RESUMO

O objetivo geral do estudo foi analisar o impacto do envelhecimento da população brasileira nos gastos com benefícios da previdência social no Brasil no período de 2010 a 2020. A metodologia empregada no que se refere à abordagem foi classificada como quantitativa. Quanto aos procedimentos, documental e com o objetivo de descrever os resultados obtidos. A pesquisa levantou que houve um aumento na concessão de benefícios aos aposentados e que morreram mais homens no período da pandemia, o que pode ter aumentado o número de beneficiárias do sexo feminino. Também foi levantado que o valor dos benefícios cresce em uma porcentagem maior que o aumento do número de beneficiários, provocando um impacto nos recursos financeiros que precisam ser pagos aos beneficiários. O estudo concluiu que o crescimento do envelhecimento populacional e os gastos na previdência são um desafio a ser tratado de forma mais efetiva, pois o país já tem um número considerável em percentual de idosos e que crescerá ainda mais nos próximos anos, aumentando, assim, a necessidade de políticas públicas para atender o cenário futuro que se desenha no momento. O estudo busca justificar-se, apontando, através dos seus resultados, a necessidade de o país se reorganizar para suprir as necessidades dos beneficiários, tendo a projeção de aumento dos gastos, que foi apontada na pesquisa.

Palavras-chave: Transição demográfica, envelhecimento populacional, previdência social, gastos previdenciários.

ABSTRACT

The general objective of the study was to analyze the impact of the aging of the Brazilian population on spending on social security benefits in Brazil in the period from 2010 to 2020. The methodology used regarding the approach was classified as quantitative. As for the procedures, documentary, and with the objective of describing the results obtained. The research found that there was an increase in the granting of benefits to retirees and that more men died during the pandemic period, which may have increased the number of female beneficiaries. It was also noted that the value of benefits grows at a more significant percentage than the increase in the number of beneficiaries, causing an impact on the financial resources that need to be paid to beneficiaries. The study concluded that the growth of population aging and social security expenses is a challenge that needs to be addressed more effectively, as the country already has a considerable number of older people, and this will grow even more in the coming years, thus increasing the need for public policies to meet the future scenario that is currently emerging. The study seeks to justify itself, pointing out, through its results, the need for the country to reorganize itself to meet the needs of beneficiaries, with the projection of increased spending, which was highlighted in the research.

Keywords: Demographic transition, population aging, social security, pension expenditure.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Seguridade Social no Brasil.....	17
Figura 2 – Evolução da taxa bruta de mortalidade, Brasil, 1900 a 2016.....	20
Figura 3 – Evolução da taxa de fecundidade total, Brasil, 1940 a 2016.....	21
Figura 4 – Pirâmide populacional.....	22
Figura 5 – Evolução do déficit previdenciário.....	24
Figura 6 – Evolução do déficit previdenciário do RGPS.....	25
Figura 7 – Quantidade de dependentes recebedores de pensão.....	30
Figura 8 – Expectativa de vida ao nascer por sexo, no Brasil de 2007 a 2014.....	31
Figura 9 – População residente no Brasil.....	32

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fases da transição demográfica.....19

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Gastos Previdenciários com a População Idosa (2010-2022).....29

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	Objetivos.....	14
1.1.1	Objetivo geral.....	14
1.1.2	Objetivos específicos.....	14
1.2	Justificativa.....	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1	Regime Geral de Previdência Social (RGPS) no Brasil.....	15
2.2	Transição demográfica no Brasil.....	18
2.3	Déficit previdenciário e reformas previdenciárias.....	23
2.4	Implicações do envelhecimento populacional na evolução do gastos previdenciários.....	25
3	METODOLOGIA.....	27
3.1	Tipologia da pesquisa.....	27
3.2	Universo e amostra.....	28
3.3	Coleta de dados.....	28
3.4	Tratamento dos dados.....	28
4	RESULTADOS.....	29
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
	REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

A previdência social pode ser definida como um seguro social que tem contribuição obrigatória e o objetivo de garantir benefícios previdenciários ao trabalhador em casos previstos em lei e/ou regulamento (Rozendo; Sabino; Nobre, 2022). No Brasil, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) utiliza o modelo solidário de previdência, onde os trabalhadores ativos financiam os que já estão aposentados e, os que hoje contribuem, no futuro, serão sustentados pela geração economicamente ativa que estará contribuindo com o regime. Assim, o benefício do pensionista no RGPS é pago pelas contribuições pagas à União por trabalhadores ativos e não por capitalizações de suas contribuições (Narciso *et al.*, 2019). Desse modo, é necessária a existência de um determinado quantitativo de indivíduos trabalhando e contribuindo para a sustentabilidade do financiamento dos benefícios dos inativos.

A previdência social é obrigatória e apresenta dois tipos de regimes: Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e Regime Próprio da Previdência Social (RPSem). As regras para as aposentadorias são determinadas por esses regimes. O RGPS é o mais abrangente sistema de Previdência Social, onde todos os trabalhadores de carteira assinada são vinculados a esse regime. Também fazem parte os trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, empregados domésticos, trabalhadores autônomos e os também chamados segurados especiais, como os pescadores e pequenos produtores, assim como qualquer pessoa que queira contribuir para tornar-se um segurado facultativo.

Já o RPPS é o regime destinado aos servidores públicos e mantidos pelos entes da federação (governo federal, estados, distrito federal e municípios), onde, tendo como base as imposições constitucionais, cada unidade da administração pública tem autonomia de definir as próprias regras da previdência social (Costa *et al.*, 2011).

Como no RGPS, os benefícios dos inativos são financiados por meio das contribuições previdenciárias dos ativos. Ocorre que a idade economicamente ativa está aumentando. Com isso, o número de pessoas em idade avançada aumenta, gerando uma maior dependência e afetando, assim, o financiamento dos benefícios do RGPS. Além disso, com o processo da transição demográfica, ou seja, com o aumento do envelhecimento populacional dos brasileiros, o número de idosos tende a crescer ainda mais, aumentando o número de beneficiários do sistema de previdência e o volume de gastos previdenciários. Essa constatação foi publicada no texto que trata do impacto do envelhecimento da população sobre os gastos públicos do estado do Rio Grande do Sul em 2014.

Com base no exposto, o estudo buscou responder à seguinte questão: Como o envelhecimento populacional tem impactado nos gastos da Previdência Social? A sua compreensão se faz necessária para orientar políticas públicas que promovam a adequada proteção social e financeira dos cidadãos mais velhos e dos que ainda irão se aposentar.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Com base no problema de pesquisa, o objetivo geral deste trabalho foi analisar o impacto do envelhecimento da população brasileira nos gastos com benefícios da previdência social no Brasil no período de 2010 a 2020.

1.1.2 Objetivos específicos

Para atender aos objetivos gerais, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as alterações causadas no RGPS pelo envelhecimento da população brasileira;
- Evidenciar a evolução dos gastos com benefícios do RGPS no Brasil;
- Comparar a relação da evolução dos gastos com benefícios previdenciários com o envelhecimento da população brasileira.

1.2 Justificativa

A previdência social é um seguro social onde se arrecadam contribuições previdenciárias com finalidade de que o trabalhador tenha seu sustento, no caso de incapacidade laborativa, por alguns motivos como: doença, acidente de trabalho, maternidade, reclusão, morte e velhice. O sistema de previdência social é administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sendo uma autarquia do Governo Federal do Brasil, recebendo as contribuições e fazendo a manutenção do Regime Geral da Previdência. É responsável pelo pagamento dos benefícios e subordinado ao Ministério da Previdência Social.

O estudo busca justificar-se, tendo, como base, o aumento da expectativa de vida do brasileiro. Segundo uma reportagem publicada na Folha de São Paulo em 2010, o trabalhador que se aposentasse a partir do dia 01 de dezembro de 2010 teria uma redução, em média, de 0,42% no valor do benefício. Além disso, a expectativa de vida do brasileiro aumentou e

chegou a 73,5 anos em 2010, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representando um aumento de 11 anos quando comparado a 1980, quando a expectativa de vida calculada pelo IBGE era de 62,5 anos.

Nessa perspectiva, Rabelo, Miranda e Silva (2023) apontam que o envelhecimento populacional é um dos maiores desafios da sociedade atual. Para os autores, as pessoas estão apresentando maior longevidade, fazendo com que haja a necessidade de uma adaptação da sociedade para compreender e lidar com esse envelhecimento. Complementando, Tibulo, Carli e Dullius (2012) apontam que as intrínsecas transformações demográficas que estão ocorrendo no Brasil, principalmente com alterações na sua faixa etária, devem ser temas de estudos para reorientação das políticas públicas.

Com base nas justificativas do estudo, evidencia-se que as projeções populacionais apontam que a população brasileira tende a se tornar ainda mais envelhecida nas próximas décadas, o que deve dificultar ainda mais a gestão previdenciária e a concessão de benefícios que reflitam as reais necessidades dos cidadãos brasileiros, demonstrando que o processo de envelhecimento que ocorre no país sempre será uma temática recorrente na evolução da sociedade (Rabelo; Miranda; Silva, 2023).

Assim, análises como a proposta neste estudo buscam agregar as discussões existentes na academia através da geração de informações sobre os impactos das mudanças demográficas no gasto público com benefícios previdenciários, assim como gerar conhecimento sobre o assunto para subsidiar futuras pesquisas dos discentes sobre a previdência social no país.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Regime Geral de Previdência Social (RGPS) no Brasil

No período do Brasil Colônia, foram dadas as medidas mais antigas da Seguridade Social, quando foram criadas instituições assistenciais como, por exemplo, a Casa de Misericórdia de Santos (1543), e o sistema previdenciário que cuidava de órfãos e viúvas dos oficiais militares que foram para a Marinha, em 1793, e a Marinha de Guerra, em 1795 (Projeções de Impacto do Envelhecimento Populacional Sobre a Previdência e a Assistência Pública, n.d.).

O Príncipe Regente, Pedro de Alcântara, assinou o primeiro decreto referente à Previdência Social, onde abordava o jubramento de mestres e professores com 30 anos ou mais de profissão, e o abono de permanência para aqueles que poderiam optar pela aposentadoria

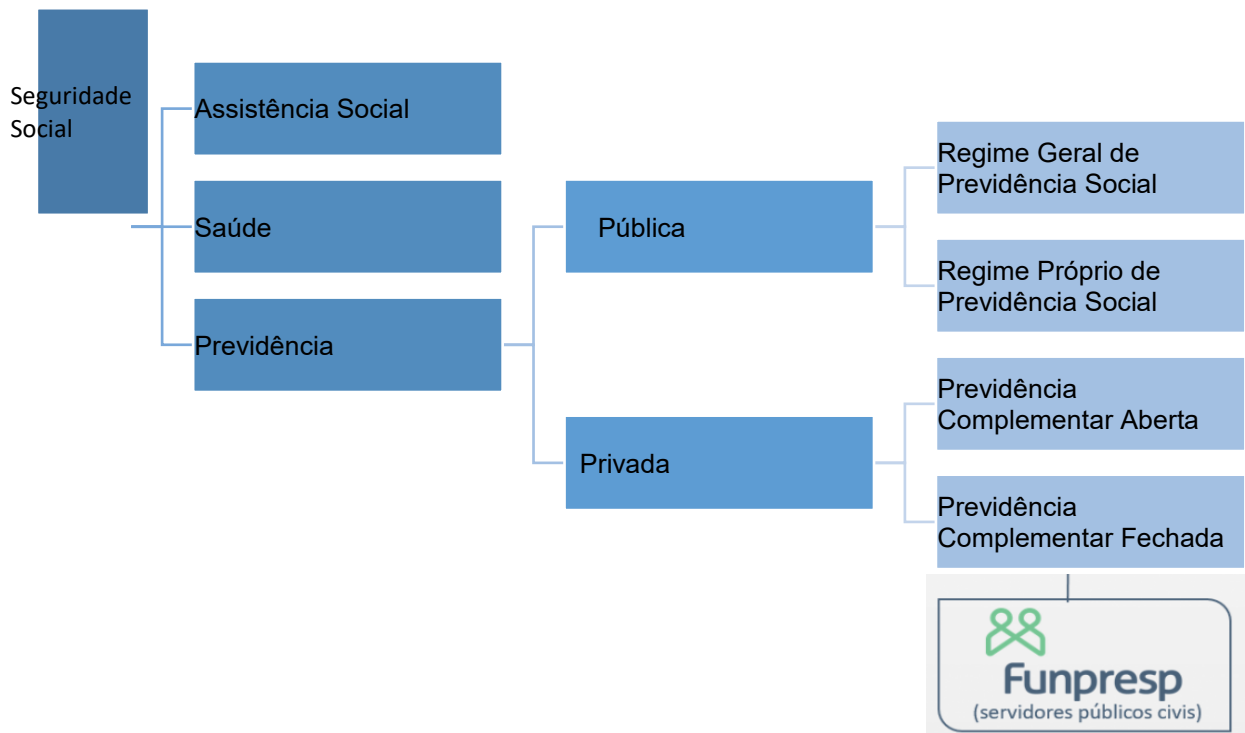
(Projeções de Impacto do Envelhecimento Populacional Sobre a Previdência e a Assistência Pública, n.d.).

Atualmente, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (Constituição Federal, 1988), a Seguridade Social “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Assim, a previdência, a saúde e a assistência social são direitos sociais previstos na Constituição Federal do Brasil.

De acordo com a Constituição, a saúde é um direito acessível a todos. A assistência social é prestada aos indivíduos que dela necessitem. Já a previdência social, além de estar prevista na Constituição Federal, também tem previsão na Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991.

“A Previdência Social, mediante contribuição, tem, por fim, assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente” (Lei n.º 8.213, 1991).

Assim, a previdência social pode ser definida como um seguro social, público e coletivo que, mediante contribuições previdenciárias, tem o objetivo de garantir aos seus beneficiários meios indispensáveis de subsistência. No Brasil, a previdência pode ser dividida em três regimes de previdência, quais sejam: Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e Regime de Previdência Complementar (RPC) (Amaro; Afonso, 2018). A Figura 1 apresenta as subdivisões da Seguridade Social no Brasil.

Figura 1 – Seguridade Social no Brasil

Fonte: Constituição Federal, (1988).

Conforme a Figura 1, a previdência pode ser dividida em previdência pública e privada. A previdência pública abrange o RGPS e o RPPS. O RGPS assegura benefícios previdenciários à população em geral, podendo ter a participação de contribuintes em atividade laboral ou não (Corrêa, 2018). A previdência do RPPS tem o objetivo de oferecer benefícios previdenciários a servidores titulares de cargos públicos de caráter efetivo.

A previdência privada é dividida em previdência privada (ou complementar) aberta e previdência privada fechada. A previdência privada aberta é ofertada por bancos e instituições financeiras e pode ser adquirida por qualquer indivíduo. Já a previdência privada fechada (também chamada de fundo de pensão) é a previdência privada criada para oferecer benefícios adicionais a determinados grupos de trabalhadores vinculados a empresas, associações, fundações e sindicatos, por exemplo (De Rodrigues, 2015).

Os benefícios previdenciários podem ser financiados por meio de três regimes financeiros: regime financeiro de repartição simples, regime financeiro de capitalização e regime financeiro de cobertura de capitais. No regime de repartição simples, os trabalhadores ativos contribuem para que os inativos possam receber seus benefícios. Assim, não há formação de reservas financeiras e as contribuições dos empregados ativos são utilizadas para financiar os benefícios dos inativos (De Rodrigues, 2015).

No regime financeiro de capitalização, as contribuições dos segurados são utilizadas para a formação de reservas. Essas reservas são capitalizadas e utilizadas para o pagamento de benefícios futuros desses segurados. Já no regime financeiro de repartição de cobertura de capitais, há a formação de um fundo de recursos que são utilizados para o pagamento de benefícios gerados no exercício (Weintraub, 2002).

O RGPS é financiado por meio do regime financeiro de repartição simples. Neste regime, os trabalhadores ativos, geralmente os mais jovens, contribuem para financiar o pagamento dos benefícios previdenciários dos inativos, geralmente os mais idosos. Assim, em uma sociedade com uma população envelhecida, tem-se um grande percentual de trabalhadores inativos, o que tende a aumentar o volume de gastos no sistema previdenciário, sendo necessário um maior número de ativos para financiar os inativos (Nascimento, 2017).

2.2 Transição demográfica no Brasil

O Brasil vivia um cenário de estrutura familiar próprio até meados de 1970, quando as famílias eram predominantemente rurais e bastante numerosas e havia uma alta mortalidade infantil. Após essa época, as famílias começaram a se reformular e passaram a ter um status de família urbana tendo cada vez menos filhos. Daí, observou-se uma mudança na estrutura familiar com a redução na taxa de mortalidade e com uma queda de natalidade (Silva *et al.*, 2022).

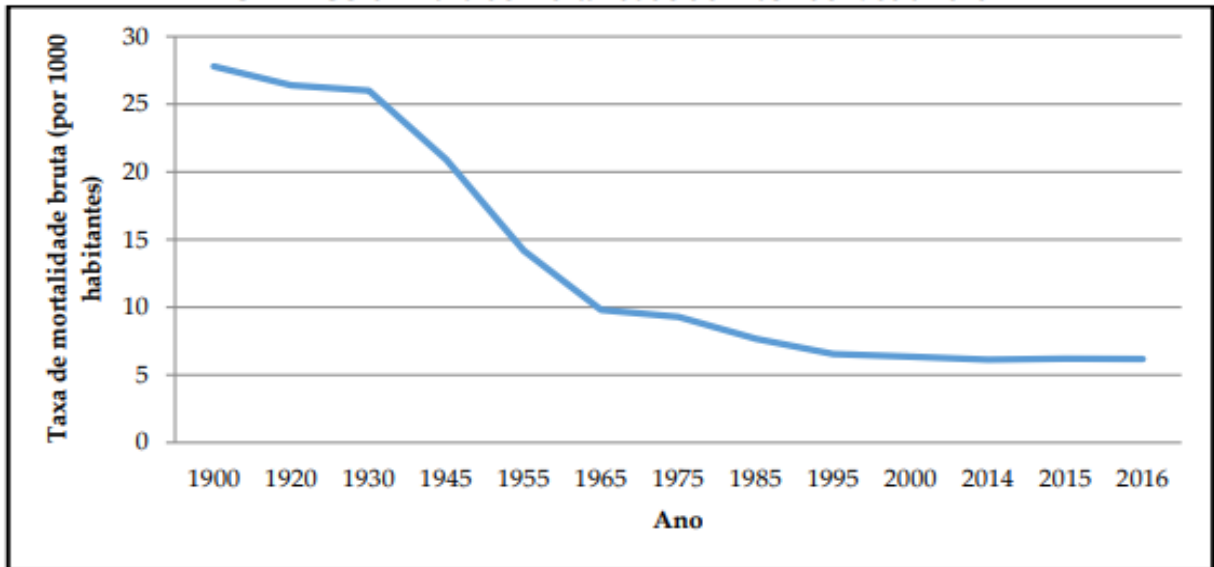
Logo após a Segunda Guerra Mundial, avanços na medicina, saúde pública e saneamento básico contribuíram com o declínio das taxas de mortalidade, principalmente na infância, o que resultou no aumento da expectativa de vida (Bloom; Canning; Sevilla, 2003). Com o grande aumento da população, ocorreu o início da primeira fase da transição demográfica, quando as taxas de mortalidade caíram e a de fecundidade ficou em alta. A constituição da transição demográfica é composta por quatro fases. Posteriormente, a gestão pública, tendo conhecimento dessas fases e características, deve formular ações eficientes para impactar com benefícios nas próximas fases (Silva *et al.*, 2016).

Quadro 1: Fases da transição demográfica

Fases	Características
1 Pré - transição demográfica	- Altas taxas brutas de mortalidade e natalidade; - Baixo crescimento vegetativo ¹ da população.
2 Início da transição	- Nível de mortalidade começa a cair, mas o de fecundidade se mantém alto; - Aumento sustentado do ritmo de crescimento natural da população.
3 Incremento populacional a ritmo decrescente	- Declínio também das taxas de fecundidade; - Desaceleração do crescimento demográfico.
4 Pós-transição demográfica	- Baixos níveis de fecundidade e mortalidade; - Crescimento populacional lento ou negativo.

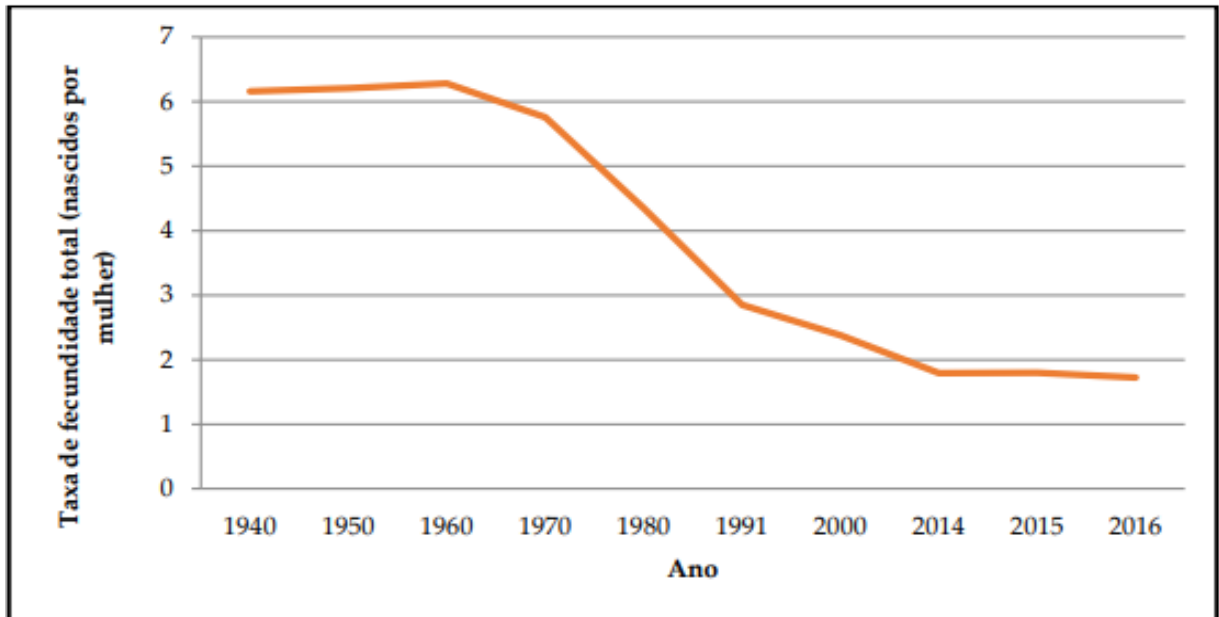
Fonte: Elaboração própria com base em Brito (2007b).

Atualmente, o Brasil apresenta o quadro demográfico como uma característica da redução de jovens, ou seja, da população com idade menor que 15 anos, elevado crescimento da população ativa e pequeno crescimento da população idosa. Mendes *et al.* (2012) alertam que a transição demográfica deve aproveitar as oportunidades desse momento, investindo no mercado de trabalho, seguridade social, saúde e educação das gerações futuras. O efeito sobre o crescimento econômico se dá com o momento da transição demográfica que o país vive, como a redução da taxa de dependência, efeito do alto crescimento da população ativa, redução da população jovem e pequeno crescimento da população mais idosa. Com isso, vem o chamado “bônus demográfico” ou “dividendo demográfico” (Silva et al., 2016). Segundo Carvalho e Wong (2008), o Brasil gerou um aumento da população jovem (de 0 a 14 anos) entre os anos de 1940 e 1960. A Figura 3 apresenta a evolução das taxas brutas de mortalidade do Brasil entre 1900 e 2016.

Figura 2 – Evolução da taxa bruta de mortalidade no Brasil de 1900 a 2016

Fonte: Nascimento e Diógenes, 2020.

A taxa de fecundidade começou a cair por volta do ano de 1970 (Figura 4), levando a um aumento da população com idade de 15 a 64 anos. Já a partir do ano 2000, o Brasil teve uma queda no crescimento populacional. Sendo assim, o número de jovens começou a cair e o de idosos começou a subir, levando a uma mudança na estrutura etária. A estrutura etária de um país muda com o tempo, segundo Alves, Vasconcelos e Carvalho (2010). O Brasil deverá ter mudanças na sua estrutura etária nas próximas décadas (Nascimento; Diógenes, 2020).

Figura 3 – Evolução da taxa de fecundidade total no Brasil de 1940 a 2016

Fonte: Nascimento e Diógenes, 2020.

A principal consequência da transição demográfica é o envelhecimento da população, refletido no aumento da proporção de idosos em relação à população total. Em uma população envelhecida, as doenças que aparecem com o tempo e a invalidez são diferentes quando comparadas as de uma população mais jovem, evidenciando a necessidade de se observar os sistemas sociais e a economia, para se for preciso, reestruturar (Costa *et al.* 2011).

Os estudos sobre as consequências do envelhecimento populacional se concentram mais nos aspectos ligados à aposentadoria, aos arranjos familiares para suporte a idosos e à saúde (Moreira, 1997).

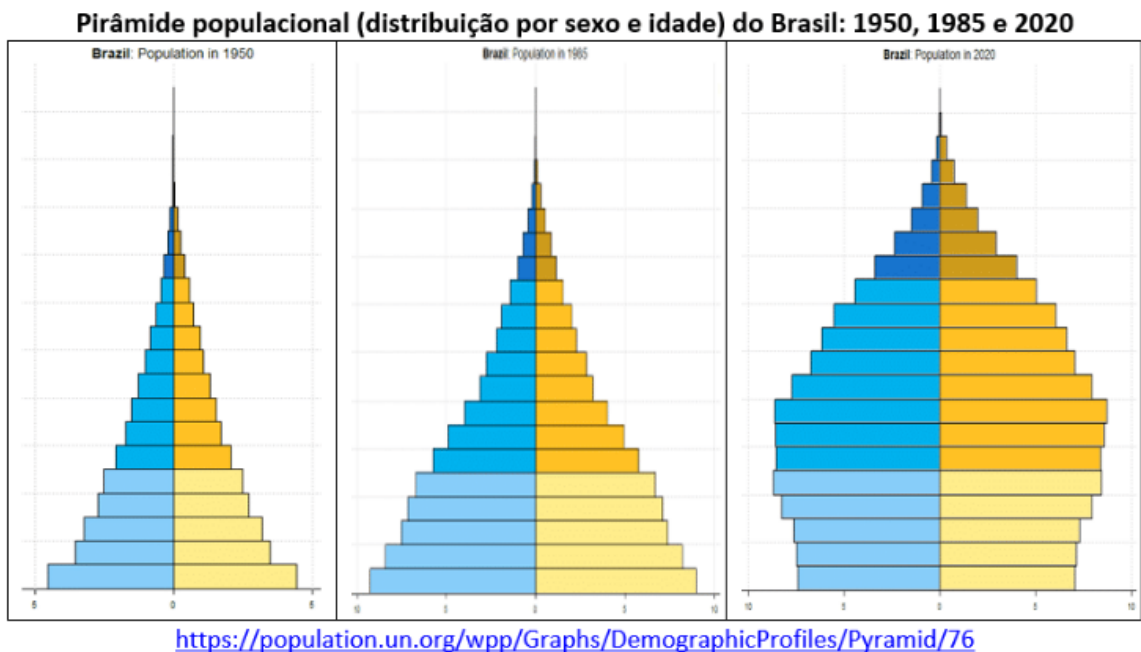
O envelhecimento populacional é, hoje, um proeminente fenômeno mundial. Isto significa um crescimento mais elevado da população idosa com relação aos demais grupos etários. No caso brasileiro, pode ser exemplificado por um aumento da participação da população maior de 60 anos no total da população nacional de 4% em 1940 para 8% em 1996. Além disso, a proporção da população “mais idosa”, ou seja, a de 80 anos e mais, também está aumentando, alterando a composição etária dentro do próprio grupo, isto é, a população considerada idosa também está envelhecendo (Camarano, p. 1, 2002).

Os encontros nacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep) tornaram como principais as questões sociais que são consideradas importantes pela comunidade demográfica brasileira. Aliado a isso, só entrou na agenda de pesquisa o envelhecimento da população brasileira no VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais em 1988, nesta oportunidade, foram apresentados cerca de 32 trabalhos, e a revista de estudos populacionais brasileiros publicou 5 trabalhos relacionados ao tema. A velhice é descrita como

um problema para a sociedade, segundo Debert (1999), onde se integra um campo de saber especializado, se tem a experts para definir as necessidades dos idosos e os problemas que enfrentam, além disso, a possibilidade de formar outros especialistas para atender essas e outras necessidades.

As proporções da população “mais idosa”, ou seja, a de 80 anos, estão aumentando em ritmo bem acelerado (Camarano, 2002). A população idosa brasileira está aumentando rapidamente segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e há perspectiva de que em 2030 esse número seja de 41,5 milhões, com uma taxa de aumento de 4% ao ano (Silva *et al.*, 2021).

Figura 4– Pirâmide populacional



Diferente do que vemos hoje em dia, a população antes era predominante jovem. O que vemos atualmente é um contingente significativo de pessoas de 60 anos ou mais. Projeções estatísticas mostram que, em 2050, o Brasil será a sexta maior população de idosos no mundo, com cerca de mais de 32 milhões de pessoas, um percentual de 16% de toda população brasileira. Segundo a Organização Mundial da Saúde, o desenvolvimento do país está ligado ao processo de envelhecimento populacional. Em países em desenvolvimento, a pessoa é considerada idosa a partir dos 60 anos de idade. Já nos países desenvolvidos, as pessoas são consideradas idosas a partir dos 65 anos (Souza; Braz, 2023).

O futuro dos idosos será determinado por ações desenvolvidas e determinadas para uma melhoria na qualidade de vida deles e sem intervenção do Estado, desde que sejam implantadas

e implementadas algumas políticas públicas fundamentais para que a maioria venha a ter uma qualidade de vida satisfatória. Há grupos de convivência em todo país que são ferramentas de melhoria na qualidade de vida dessas pessoas e são buscados pelos idosos inicialmente para uma melhoria física e mental com atividades físicas, quando se aumentam as necessidades de eles procurarem por lazer e viagens, entre outras (Souza; Braz, 2023).

Uma boa qualidade de vida está ligada ao bem-estar e à autoestima. Esses são fatores que se associam à boa saúde física e mental. Hábitos saudáveis, lazer, espiritualidade, capacidade funcional e senso de humor também ajudam na inclusão social. Além disso, é possível afirmar que uma boa qualidade de vida está relacionada ao nível de renda do indivíduo. Assim, o benefício de aposentadoria é de extrema importância para a subsistência e qualidade de vida da pessoa idosa (Souza; Braz, 2023).

2.3 Déficit previdenciário e reformas previdenciárias

A Constituição estabeleceu que o governo apresentasse anualmente três orçamentos distintos: o fiscal, o de investimentos das estatais e o de seguridade para se ter uma transparência perante as contas públicas, que nunca foram implementados. Os orçamentos fiscais e o da seguridade têm sido misturados, de modo que os números não são transparentes (Benjamin, 2019).

De acordo com o Regime Geral de Previdência Social:

A Previdência Social registrou déficit de R\$ 195,2 bilhões em 2018, um aumento de 7% em relação a 2017. A despesa com benefícios cresceu 5,2% e fechou o ano em R\$ 586,4 bilhões. A arrecadação, por sua vez, subiu 4,4%, somando R\$ 391,2 bilhões. Os valores são nominais, isto é, não consideram a inflação do período (Brasil, 2019).

A construção do déficit se dá também pela desvinculação das receitas da união e pela política de isenções tributárias, onde 30% dos recursos arrecadados pelas contribuições sociais são confiscados pelo governo para serem usados livremente, inclusive cobrir outras despesas, como o pagamento de juros e as amortizações da dívida pública (Benjamin, 2019).

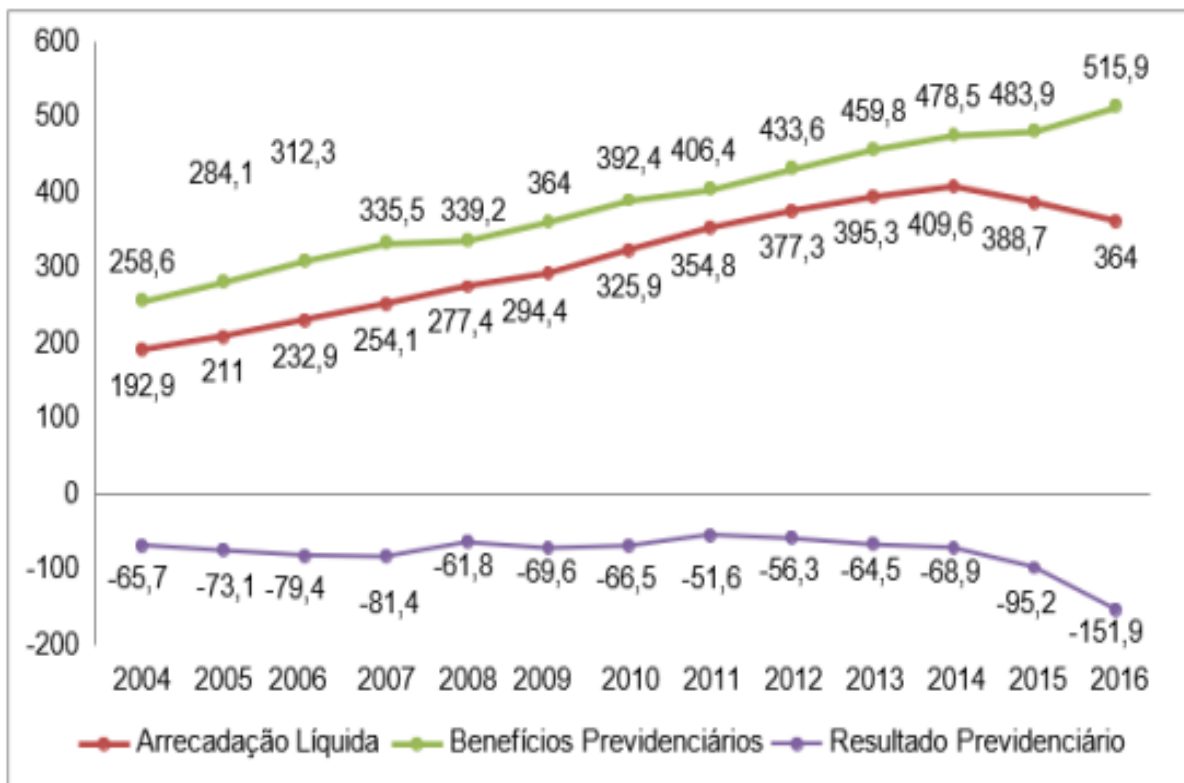
Segundo D'Onófrío (2018), alguns pensamentos sobre a atual previdência é que ela é insustentável e ficará pior com o passar do tempo. Algumas ideias foram tidas como negociáveis e dispostas a alterações, como, por exemplo, a regra de pensão, a taxa de reposição e a vedação de acumulação de aposentadorias. Também há propostas que não estão dispostas, a serem modificadas, como a idade mínima, a igualdade de gênero e a igualdade de condição entre urbanos e rurais. Há outros pensamentos que afirmam que a reforma não seria necessária

e propõem a revisão de isenções para entidades filantrópicas, a melhoria da fiscalização na previdência social e a revisão das alíquotas de contribuição para a Previdência Social no setor de Agronegócio, deixando de desobrigar grandes empresas e passar a cobrar os débitos previdenciários que chegam a bilhões de reais (Jesus; Spengler, 2019).

A reforma previdenciária apresentada em dezembro de 2016 e a PEC 287/16 foram feitas para diminuir as despesas públicas. No entanto, Silva, Correia e Monteiro (2019) afirmam que a PEC 287/16 é baseada no diagnóstico que indica um grande aumento nas despesas de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), onde os gastos previdenciários crescem, sendo uma grande parte dos gastos públicos. Com isso, para se manter o sustento dos gastos previdenciários, teria que se retirar uma grande parte dos recursos de outras áreas.

Segundo Ferreira (2018), a secretaria da Previdência Social vem registrando déficit desde 2003. O RGPS teve um aumento de 59% de déficit de 2015 a 2016, totalizando R\$ 151,9 bilhões, conforme a Figura 6 – Evolução do déficit previdenciário.

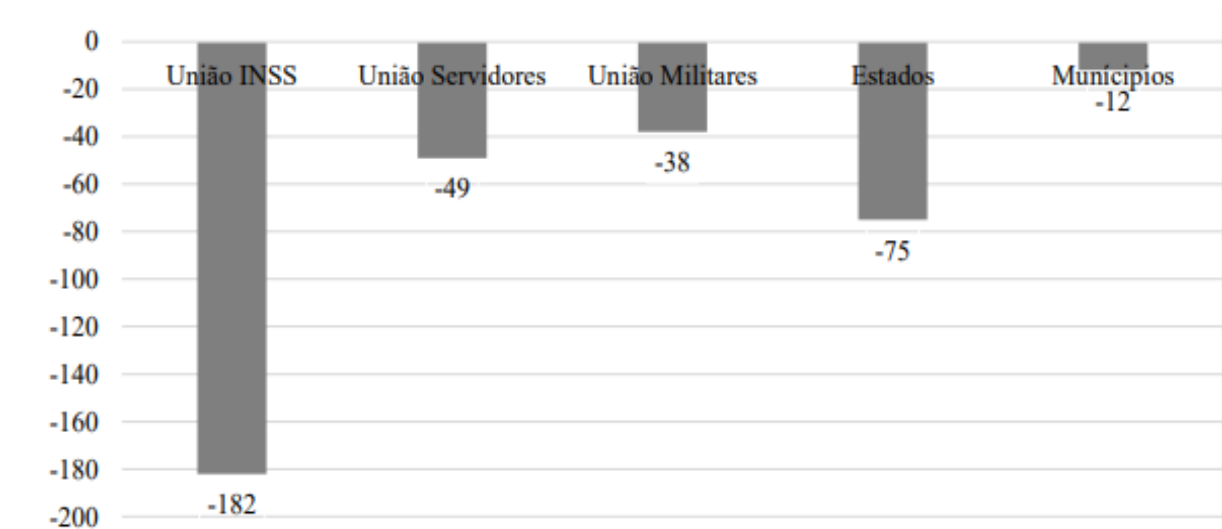
Figura 5 – Evolução do déficit previdenciário do RGPS, 2004 a 2016



Fonte: Ferreira, 2018.

O déficit total da previdência em 2017 chegou a R\$ 269 bilhões segundo Nery e Tafner (2018), onde só o Regime Geral ultrapassou os R\$ 180 bilhões, os Regimes Próprios da União, R\$ 50 bilhões e os militares chegaram a aproximadamente R\$ 40 bilhões. Os valores estão na Figura 7 – Evolução do déficit previdenciário do RGPS.

Figura 6 – Evolução do déficit previdenciário do RGPS, em bilhões de reais, 2017



Fonte: Nery e Tafner (2018).

O Brasil gasta como se o envelhecimento fosse duas ou três vezes maior (Holland; Butron, 2018). Já o Japão, com uma maior razão de dependência de idosos, gasta menos em proporção ao PIB em relação ao Brasil (Jesus; Spengler, 2019). A previdência foi tema da série de reformas consideradas fundamentais no início do governo Temer, mas não foi realizada naquele momento. Mais tarde, virou assunto no governo de Jair Bolsonaro. Quase nove meses depois, a reforma da previdência foi decretada pelo Congresso Nacional e passou a ser válida para todos os brasileiros. Em geral, foram alteradas regras de concessão e os cálculos de aposentadoria e pensões (Martinez, 2020).

2.4 Implicações do envelhecimento populacional na evolução dos gastos previdenciários

No Brasil, as pessoas têm obtido uma maior educação formal ao longo das últimas décadas. Por conta disso, elas estão entrando no mercado de trabalho mais tarde, até por falta de oportunidades. Mesmo ganhando longevidade, saem precocemente devido à disponibilidade de programas de aposentadoria (Fernandes; Queiroz, 2022). O processo de envelhecimento populacional faz com que os níveis socioeconômicos de dependência aumentem e surgem

questões a respeito desse impacto no mercado de trabalho e como fazer a manutenção nos regimes de previdência social.

Segundo Wong e Carvalho (2006), há uma discussão sobre os impactos nos sistemas brasileiros de transferência causados pelo envelhecimento da população, a qual precisa continuar em atividade em idades avançadas. Conforme Camarano (2002) e Wajnman, Oliveira e Oliveira (2004), o trabalho para quem tem idades avançadas é desigual. Aqueles com maiores níveis institucionais continuam em atividades estáveis por mais tempo. Já as mulheres chefes de domicílio, negros e pobres são socialmente vulneráveis e trabalham por conta da necessidade de complementar a renda domiciliar e são propensos à instabilidade.

Dessa maneira, a condução atual é caracterizada por uma População Economicamente Ativa (PEA), tendo um envelhecimento com menores graus de instrução. Segundo Camarano (2002), essa PEA enfrenta a informalidade e é preciso passar por uma adaptação tecnológica. A participação de idosos é determinada por diversos fatores e o bom estado de saúde está relacionado à permanência no mercado de trabalho e aos que têm maiores níveis de escolaridade e renda (Dantas *et al.*, 2017).

Alguns aposentados permanecem no mercado de trabalho por conta da necessidade de complementação da renda em seu domicílio. Isso acontece, principalmente, com os idosos mais pobres. O estado ocupacional é abordado por uma análise histórica, verificado pelo estudo de Queiroz, Skirbekk e Hardy (2019), onde a participação de idosos com foco de escolaridade diferencial é determinante. Essa mudança de relação passa a ser de negativa para positiva (Fernandes; Queiroz, 2022).

Com a transição demográfica que acontece no país de maneira bem rápida, as despesas com previdência tiveram um aumento significativo nos últimos anos. Os valores gastos com a previdência no Brasil são comparados com os gastos da Alemanha, que tem o dobro da população idosa do Brasil, conforme Tafner e Nery (2019). De acordo com Nemer, Góes e Duque (2019), era esperado que o Brasil gastasse apenas 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2014 com previdência. No entanto, foi gasto cerca de 11%, mais de três vezes o esperado. As projeções para o ano de 2060 indicam que os gastos chegarão em torno de 17,1%.

Conforme Tafner e Nery (2019), em abril de 2018, o gasto da União com a previdência chegou a 58% das despesas primárias. Sobraram 13% para salários do funcionalismo, 9% para saúde, 7% para educação e 2% para o Bolsa Família, entre outras despesas, como segurança, ciência, transporte, defesa e tecnologia, com 9% restante. As despesas com a previdência poderão atingir 79% das despesas primárias em 2026, fazendo com que o orçamento seja diminuído em outros campos, como saúde, educação e segurança, entre outros. Os orçamentos

disponíveis para despesas de todos aqueles que não forem para saúde, educação e bolsa família, entre outros, serão reduzidos pela metade.

Entre 2016 e 2018, as despesas totais aumentaram cerca de R\$ 16,2 bilhões. Já as despesas previdenciárias aumentaram em R\$ 52 bilhões de reais, segundo Nemer, Góes e Duque (2019). Sendo assim, foram reduzidos cerca de R\$ 35,8 bilhões de outros departamentos por conta do impacto causado com o aumento dos gastos da previdência. As reformas são comuns por conta dos gastos que vêm crescendo cada vez mais e, com isso, a previdência fica mais sobrecarregada e tem dificuldades de achar uma maneira que não sacrifique nenhum grupo ou geração futura. Além disso, há um desafio pela parte econômica previdenciária e de infraestrutura e de serviços da sociedade atual com o crescimento da população idosa. O setor da saúde é confrontado com o país que está preparado para as demandas da população jovem. Ao mesmo tempo, tem-se a necessidade de reestruturação por conta do grande número de doenças crônicas não transmissíveis que aparecem com a velhice.

Cada ser humano envelhece de maneira diferente. Isso revela a repercussão que há nas mudanças demográficas, onde se pode pensar em algumas maneiras de políticas públicas e, assim, contribuir para uma vida saudável e a solução para suprir suas necessidades e se manter ativo por muito mais tempo. Outro ponto seria minimizar a saída do mercado de trabalho. Com o envelhecimento populacional, os problemas da saúde irão desafiar o sistema e a resistência da previdência social (Silva *et al.*, 2022).

O envelhecimento da população ocorre em diferentes ritmos nas diferentes regiões do país. Além disso, nas diferentes regiões, há um volume e proporção de idosos diferentes. Isso implica que os gastos com benefícios previdenciários também apresentem diferenciais por regiões.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipologia da pesquisa

O método do estudo foi classificado com uma abordagem quantitativa, que pode ser caracterizada da seguinte maneira: ao se estudar um fenômeno, o ponto de partida será um conceito teórico que foi expresso previamente (Flick, 2013). Formular o problema de pesquisa quantitativa consistente em aprimorar e estudar, de maneira mais formal, a ideia de pesquisa, desenvolvendo cinco elementos da investigação: objetivos, perguntas, justificativa, viabilidade e avaliação das deficiências (Sampieri; Callado; Lucio, 2014).

Em relação aos procedimentos, esta pesquisa se classifica como documental. Para Bardin (1977), a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação por intermédio de procedimentos de transformação. A estratégia da pesquisa documental é característica dos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências. Os documentos são os mais variados possíveis, conservados no interior de órgãos públicos e privados, tais como: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios e balancetes, entre outros (Silva, 2006; Martins; Theóphilo, 2009). Os documentos levantados pelo estudo foram levantados no site do DATAPREV através do endereço: <https://www3.dataprev.gov.br/infologo/inicio.htm>.

Quanto aos objetivos, o estudo se caracteriza como um estudo descritivo. Já a pesquisa objetivou descrever os resultados que foram levantados. Como caracterizam os autores Lozada e Nunes (2018), a pesquisa descritiva busca reunir e analisar um grande fluxo de informações com o intuito de identificar relações e apontar características específicas.

3.2 Universo e amostra do estudo

O universo da pesquisa foram os segurados do INSS que, ao longo do estudo, foram mudando sua faixa etária e passando a ser beneficiários da previdência social. Assim, a amostra foi composta pelos idosos dos gêneros masculino e feminino, nas idades de 60 anos ou mais.

3.3 Coleta dos dados

A principal fonte de dados utilizada para coleta de dados foram as informações constantes na página do Ministério da Previdência (agenciagov.ebc.com.br), através da coleta dos dados sobre gastos com benefícios previdenciários, por tipo de benefícios e por unidades federativas. Para identificar as mudanças demográficas vivenciadas pelo Brasil, foram consultadas as informações disponibilizadas pelo IBGE (censo2022.ibge.gov.br) e na Aeps Infologo (www3.dataprev.gov.br).

3.4 Tratamento dos dados

Os dados coletados pelo estudo foram selecionados e agrupados em gráficos e tabelas para expor os resultados obtidos com a pesquisa. Assim, de posse dos modelos expositivos, foi

possível tratar melhor a informação fornecida para dissertar sobre os achados que se encontram dispostos no tópico 4.

4 RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentados os resultados obtidos pelos estudos. Com base nos achados, evidencia-se que o aumento da população idosa de 65 anos ou mais implica em um aumento nos gastos da previdência no que se refere aos benefícios concedidos. Dessa forma, espera-se que o número de idosos cresça mais do que o número de jovens até o fim da transição demográfica, segundo dados do IBGE (2022) e do Aeps Infologo (2022), com base nos achados do estudo, a Tabela 1, que apresenta a relação entre a população idosa e os gastos previdenciários de 2010.

Tabela 1 – Gastos previdenciários com a população idosa (2010-2022)

Ano	População	Gastos previdenciários (bilhões de reais)	Variação do aumento dos gastos %	Variação do aumento da população %
2010	14.081.477	135,5		
2011	15.330.500	149,7	10,48%	8,87%
2012	16.529.800	165,3	10,42%	7,82%
2013	17.722.900	182,1	10,16%	7,22%
2014	18.924.300	200,2	9,94%	6,78%
2015	20.137.700	219,7	9,74%	6,41%
2016	21.367.400	240,6	9,51%	6,11%
2017	22.617.200	263,1	9,35%	5,85%
2018	23.890.000	287,2	9,16%	5,63%
2019	25.190.000	313,1	9,02%	5,44%
2020	26.520.000	340,8	8,85%	5,28%
2021	27.880.000	370,5	8,71%	5,13%
2022	29.170.000	402,4	8,61%	4,63%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados populacionais coletados no IBGE (2022) e no Aeps Infologo (2022).

Conforme a Tabela 1, evidencia-se que o aumento da concessão de benefícios aos aposentados caracteriza-se por sucessivos aumentos que apresentam acréscimos anuais nos

custos de 8,5% a 10 %. No entanto, os dados mostram que, apesar de o aumento nos custos girar em média 9,5%, o aumento no número de beneficiários cresce numa média de 6,26%, apresentando, assim, o impacto que a aposentadoria representa para a previdência, já que o aumento dos custos ao ano gira em média de 3,23% a mais que o número de beneficiários, representando um impacto significativo nos custos da previdência.

Na sequência, a Figura 8 aponta a quantidade de pessoas que recebem pensões por morte. Evidencia-se que a expectativa de vida é muito diferente; as mulheres se tornam as principais receptoras, causando um desequilíbrio atuarial na previdência social, gerando mais gastos.

Figura 7 – Quantidade de dependentes recebedores de pensão

GRUPOS DE IDADE / ANOS	QUANTIDADE DE DEPENDENTES RECEBEDORES DE PENSÕES POR MORTE URBANAS ATIVAS																	
	Total	Sexo					Grupo de Vinculos											
		Masculino	Feminino	Ignorado	Cônjuge, Companheiro ou Ex-cônjuge			Filho, Filho Adotivo e Irmão		Pai/Mãe e Designado		Ignorado						
					Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo			
						Masculino	Feminino		Masculino	Feminino		Masculino	Feminino		Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Total	2020	10.989.817	1.645.670	9.337.618	6.529	9.552.126	1.072.754	8.479.372	1.112.508	553.148	559.360	318.546	19.754	298.792	6.637	14	94	6.529
	2021	11.337.527	1.745.690	9.585.150	6.687	9.867.572	1.149.354	8.718.218	1.160.612	577.512	583.100	302.564	18.814	283.750	6.779	10	82	6.687
	2022	5.786.480	908.648	4.870.561	7.271	5.036.274	601.311	4.434.963	598.159	298.310	299.849	144.733	9.022	135.711	7.314	5	38	7.271
0 a 4 anos	2020	38.728	19.732	18.996	-	-	-	38.724	19.730	18.994	4	2	2	-	-	-	-	-
	2021	41.184	20.994	20.190	-	-	-	41.184	20.994	20.190	-	-	-	-	-	-	-	-
	2022	20.565	10.543	10.022	-	-	-	20.565	10.543	10.022	-	-	-	-	-	-	-	-
5 a 9 anos	2020	145.186	73.968	71.218	-	-	-	145.144	73.952	71.192	42	16	26	-	-	-	-	
	2021	151.734	77.196	74.538	-	-	-	151.680	77.172	74.508	54	24	30	-	-	-	-	
	2022	77.119	39.181	37.938	-	-	-	77.101	39.171	37.930	18	10	8	-	-	-	-	
10 a 14 anos	2020	238.956	121.156	117.800	-	-	-	238.782	121.062	117.720	174	94	80	-	-	-	-	
	2021	253.848	128.508	125.340	-	-	-	253.700	128.426	125.274	148	82	66	-	-	-	-	
	2022	132.198	66.892	65.306	-	-	-	132.124	66.851	65.273	74	41	33	-	-	-	-	
15 a 19 anos	2020	345.760	172.850	172.910	-	50	4	46	345.264	172.588	172.676	446	258	188	-	-	-	
	2021	366.064	182.868	183.196	-	42	2	40	365.592	182.620	182.972	430	246	184	-	-	-	
	2022	189.609	94.832	94.777	-	24	2	22	189.363	94.713	94.650	222	117	105	-	-	-	
20 a 24 anos	2020	91.900	43.798	48.102	-	2.638	108	2.530	89.042	43.578	45.464	220	112	108	-	-	-	
	2021	92.086	43.806	48.280	-	2.426	104	2.322	89.448	43.586	45.862	212	116	96	-	-	-	
	2022	47.435	22.772	24.663	-	1.018	42	976	46.308	22.664	23.644	109	66	43	-	-	-	
25 a 29 anos	2020	32.384	5.194	27.190	-	25.906	1.608	24.298	6.306	3.506	2.800	172	80	92	-	-	-	
	2021	30.338	5.556	24.782	-	23.314	1.610	21.704	6.850	3.872	2.978	174	74	100	-	-	-	
	2022	13.785	2.920	10.865	-	10.117	812	9.305	3.576	2.066	1.510	92	42	50	-	-	-	
30 a 34 anos	2020	90.904	13.654	77.250	-	80.326	8.084	72.242	9.556	5.430	4.126	1.022	140	882	-	-	-	
	2021	86.818	13.560	73.258	-	76.640	8.072	68.568	9.484	5.348	4.136	694	140	554	-	-	-	
	2022	39.048	6.635	32.413	-	33.969	3.807	30.162	4.843	2.760	2.083	236	68	168	-	-	-	
35 a 39 anos	2020	184.128	29.652	154.476	-	166.360	21.032	145.328	14.688	8.344	6.344	3.080	276	2.804	-	-	-	
	2021	185.486	30.498	154.988	-	167.972	21.664	146.308	15.000	8.566	6.434	2.514	268	2.246	-	-	-	
	2022	88.604	14.858	73.746	-	80.237	10.577	69.660	7.309	4.162	3.147	1.058	119	939	-	-	-	
40 a 44 anos	2020	295.920	47.384	248.536	-	271.122	35.854	235.268	20.480	11.180	9.300	4.318	350	3.968	-	-	-	
	2021	309.198	50.694	258.504	-	284.042	38.636	245.406	21.042	11.674	9.368	4.114	384	3.730	-	-	-	
	2022	154.664	26.296	128.368	-	141.804	19.890	121.914	10.997	6.211	4.786	1.863	195	1.668	-	-	-	
45 a 49 anos	2020	431.964	67.554	364.410	-	399.736	52.952	346.784	27.278	14.168	13.110	4.948	434	4.514	2	-	2	

Fonte: Ministério da Previdência Social (2023).

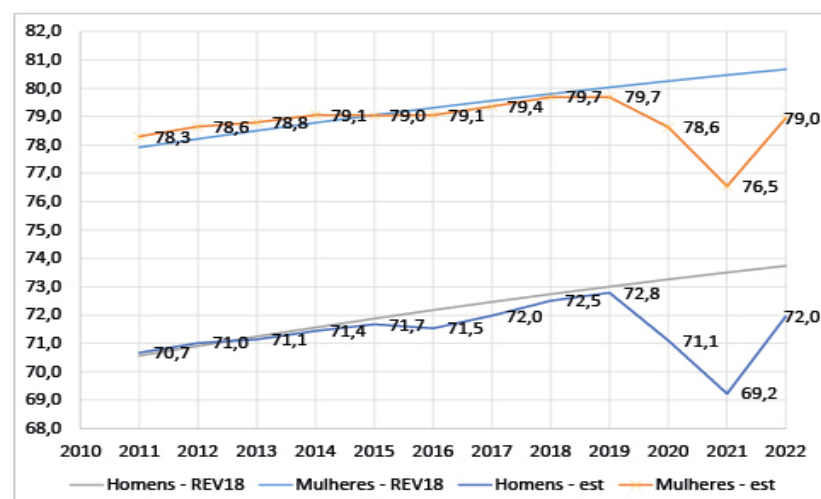
Ainda segundo a Figura 8, evidencia-se que trata-se de um período da pandemia e foi justamente nesses três anos onde se concentraram mais mortes, podendo inferir que, no período de 2020 a 2021, a quantidade de pensionistas e custos seja maior por isso, já que morreram mais homens e acabou gerando mais pensionistas do sexo feminino.

A pensão por morte no âmbito do RGPS compreende um benefício pecuniário atribuído aos dependentes de trabalhadores ou contribuintes facultativos que vierem a falecer na condição de segurados da Previdência Social. Há poucas restrições aos dependentes dos segurados falecidos, pois as regras associadas às pensões por morte dos segurados do RGPS são bastante flexíveis (Ansiliero; Costanzi; Pereira, 2014).

Em 2022, uma pessoa nascida no Brasil tinha, em média, uma expectativa de vida de até 75,5 anos. A expectativa de vida para os homens era de 72 anos e, para as mulheres, de 79 anos. A esperança de vida caiu de 76,2 anos em 2019 para 74,8 anos em 2020 e para 72,8 anos em 2021. Segundo estimativas do IBGE (2022), essa queda se deu por conta do aumento de mortes durante a pandemia de COVID-19.

A probabilidade de um recém-nascido não completar seu primeiro ano de vida em 2022, ou seja, a taxa de mortalidade infantil a cada mil nascimentos, era de 12,9, sendo 13,9 para homens e 11,7 para mulheres. Já aos 60 anos, a esperança de vida era de 21,9 anos para a população total em 2022, sendo de 20 anos para os homens e de 23,5 anos para as mulheres (IBGE 2022).

Figura 8 – Expectativa de vida ao nascer por sexo no Brasil, de 2007 a 2014



Fonte: IBGE (2022).

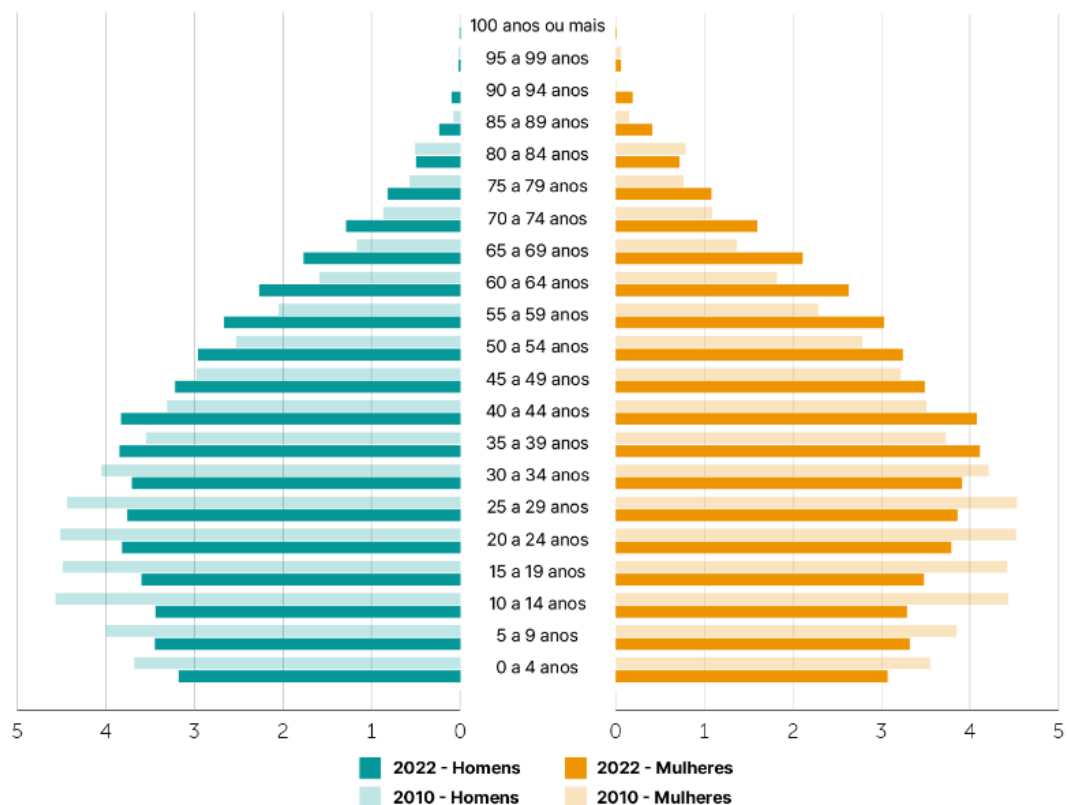
O número de pessoas com 65 anos ou mais cresceu 57,4% no país durante 12 anos, segundo o censo demográfico de 2022. A faixa etária total de pessoas chegou a cerca de 22,2 milhões de pessoas, sendo 10,9% em 2022 contra 14 milhões (7,4%) no ano de 2010. Mesmo assim, o número total de crianças com até 14 anos teve uma caída de 12,6%, mudando de 45,9 milhões, ou seja 24,1% em 2010 para 40,1 milhões (19,8%) em 2022.

A idade mediana aumentou de 29 anos para 35 anos no Brasil, fazendo com que se reflita o envelhecimento populacional, que apresentou crescimento nas cinco regiões: Norte (de 24 anos para 29 anos), Nordeste (de 27 anos para 33 anos), Sudeste (de 31 anos para 37 anos), Sul (de 31 anos para 36 anos) e Centro-Oeste (de 28 anos para 33 anos) (IBGE, 2022).

Figura 9 – População residente no Brasil

População residente no Brasil (%)

Segundo sexo e grupos de idade, em 2010 e 2022



Fontes: Censo Demográfico 2022: População por idade e sexo - Resultados do universo; IBGE - Censo Demográfico 2010

A sociedade deverá ser consciente do preço que terá que pagar com os custos crescentes de assistência à população idosa. Com isso, o Estado deve estar preparado para o provisionamento de políticas específicas e para financiar estruturas de apoio e, assim, garantir atenção integral (Miranda; Mendes; Silva, 2016).

Segundo Solano (2011), além de a população brasileira estar crescendo em ritmo acelerado, o seu perfil etário está perdendo o formato de pirâmide e, antes da metade do século, irá adquirir um formato trapezoidal. Os sistemas de previdência tenderão a apresentar problemas sérios de financiamento. De acordo com previsões do IBGE, a taxa de nascimento será negativa e crescerá em um ritmo próximo de zero nos próximos 20 a 50 anos. A atual forma de financiamento da Previdência Social parece ser insuficiente para lidar com a população idosa do futuro efetivamente.

A busca por serviços além da demanda por benefícios será crescente e o Brasil tem um sistema de saúde universal. Mesmo assim, tem que se ter uma ampliação da rede de atendimento, principalmente na área da saúde. No âmbito do executivo e do legislativo, a construção de uma Política Nacional de cuidados, para reconhecer as limitações funcionais da população idosa para que possam ser estabelecidos parâmetros de serviços e atendimentos (Previdência Social, 2001).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi analisar o impacto do envelhecimento da população brasileira nos gastos com benefícios da previdência social no Brasil no período de 2010 a 2020. A metodologia empregada no que se refere à abordagem foi classificada como quantitativa. Quanto aos procedimentos, documental e com o objetivo de descrever os resultados obtidos.

A pesquisa levantou que houve um aumento na concessão de benefícios aos aposentados e que morreram mais homens no período da pandemia, o que pode ter aumentado o número de beneficiárias do sexo feminino. Também foi levantado que o valor dos benefícios cresce em uma porcentagem maior que o aumento de beneficiários, provocando um impacto nos recursos financeiros que precisam ser pagos aos beneficiários.

O estudo concluiu que o envelhecimento populacional com os gastos na previdência é um desafio a ser tratado urgentemente, pois o país já tem um número considerável em percentual de idosos e crescerá mais ainda nos próximos anos, aumentando a demanda de serviços públicos especializados. O país tem que se reorganizar aos níveis de cuidados para suprir as necessidades, inovar e aplicar experiências usadas por outros países que já vivenciaram o processo demográfico do envelhecimento populacional.

No que se refere às limitações do estudo, foi com relação à ampliação da pesquisa para levantar outros reflexos do envelhecimento da população. Para pesquisas futuras, sugere-se uma pesquisa que compare o impacto antes, durante e depois da pandemia para verificar de que forma a pandemia ajudou no aumento dos beneficiários.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, C. B. Envelhecimento populacional no Brasil: perspectivas da renda de previdência entre 2012 e 2060. 2023.
- ALVES, J. E. D; VASCONCELOS, D S; CARVALHO, A. A. **Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho.** Texto para Discussão, 2010.
- AMARO, L. C.; AFONSO, L. E. Quais são os efeitos do envelhecimento populacional nos sistemas previdenciários de Brasil, Espanha e França?. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 35, 2018.
- ANSILIERO, G; COSTANZI, R. N; DA SILVA PEREIRA, E. A pensão por morte no âmbito do regime geral de previdência social: tendências e perspectivas. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 42, 2014.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.
- BENJAMIN, C. **Previdência Social , de novo.** Disponível em: <https://disparada.com.br/cesar-benjamin-previdencia-social/>. Acesso em 02 fev. 2024.
- BELTRÃO, K. I. Projeções de Impacto do Envelhecimento Populacional sobre a previdência e a assistência pública, 2012.
- BLOOM, D., CANNING, D. e SEVILLA, J. O dividendo demográfico: Uma nova perspectiva sobre as consequências económicas das mudanças populacionais . 2003.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- BRASIL. Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, 1991.
- CAMARANO, A. A. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. 2002.
- CARVALHO, J. A. M. de; WONG, L. L. R. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 3, p. 597-605, 2008.
- CORREIA, C. S. Tamanho populacional e aleatoriedade de eventos demográficos na solvência em RPPS municipais capitalizados. 2014.
- COSTA, C. K. F. *et al.* Envelhecimento populacional e a necessidade de reforma da saúde pública e da previdência social brasileiras. **A Economia em Revista. Maringá, PR. Vol. 19, n. 2 (dez. 2011), p. 121-131**, 2011.

DANTAS, R. G. *et al.* Quais os determinantes sociodemográficos e de saúde para que os idosos continuem participando do trabalho?. **Arquivos de Gerontologia e Geriatria**, v. 71, p. 136-141, 2017.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. Edusp, 1999.

DE SOUZA, J. S.; BRAZ, R. M. M. Marcos históricos e dispositivos legais para a inclusão das pessoas idosas em uma sociedade em transformação. # **Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, v. 12, n. 1, 2023.

FERNANDES, A. R. de J.; QUEIROZ, B. L. Educação e outros determinantes da participação laboral de adultos mais velhos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, 2022.

FERREIRA, M. M. **Simulações dos impactos da reforma da previdência sob a ótica da renda**. 2018. Tese de Doutorado.

GIACOMELLI, .G. S. *et al.* Transição demográfica e gasto público: uma análise comparativa de diferentes contextos. **Revista de Estudos Sociais**, v. 18, n. 37, p. 164-181, 2016.

HOLLAND, M.; BUTRON, G. R. T. M. **Previdência social no Brasil: propostas para uma reforma de longo prazo**. 2018.

IBGE. Em 2022, expectativa de vida era de 75,5 anos. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/38455-em-2022-expectativa-de-vida-era-de-75-5-anos>. Acesso em: 03 mar.2024.

INFOLOGO AEPS. Base de dados Históricos da Previdência Social. Disponível em: <https://www3.dataprev.gov.br/infologo/inicio.htm>. Acesso em: 03 mar. 2024.

JESUS, R. N; SPENGLER, R. L. Déficit previdenciário: os gastos do Brasil com a previdência social. **ANAIS DA MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CESUCA-ISSN 2317-5915**, n. 13, p. 386-399, 2019.

LOREDO, A.N.; CALAÇA, H.L. DÉFICIT NA PREVIDÊNCIA SOCIAL----- LOREDO, ANTUNES. **DÉFICIT NA PREVIDÊNCIA SOCIAL. 2020**. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/20948/1/Antunes%20Nunes%20Loredo%20da%20Abadia.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

LOZADA, G.; NUNES, K. S. **Metodologia científica**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788595029576. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029576/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

MARTINEZ, L. **Reforma da previdência - entenda o que mudou** . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2020.

MARTINS, G. A. THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. C. G.; SILVA, A. L. A.. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. *Revista brasileira de geriatria e gerontologia*, v. 19, p. 507-519, 2016.

MOREIRA, M. M. Envelhecimento da população Brasileira. Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG, 1997 (Tese de Doutorado).

NASCIMENTO, M. V.; DIÓGENES, V. H. D. Transição Demográfica no Brasil: Um Estudo Sobre o Impacto do Envelhecimento Populacional na Previdência Social. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 8, n. 1, 2020.

NEMER, G.; GÓES, C.; DUQUE, D. Reforma da Previdência: Um Guia para Não-Economistas (2019). **Nota de Política Pública**, n. 01, 2019.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. Previdência e Estabilidade Social Curso Formadores em Previdência Social. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/colecao-previdencia-social/vol-07.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2024

QUEIROZ, B. L.; SKIRBEKK, V.; HARDY, M. The reversal in the relationship between retirement and education in Brazil. 2019.

RABELO, A. P. S.; MIRANDA, J. S.; SILVA, V. L. O SERVIÇO SOCIAL E O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO BRASIL. **Revista Foco (Interdisciplinary Studies Journal)**, v. 16, n. 11, 2023.

ROZENDO, J. F.; SABINO, C. J. C.; NOBRE, F. M. P. OS IMPACTOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/98 NA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOB A LUZ DA INCLUSÃO SOCIAL. **Revista Valore**, v. 7, n. 2, p. 15-26, 2022.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. Metodologia de pesquisa. 6. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2014.

SILVA, A. S. *et al.* Envelhecimento populacional: realidade atual e desafios. **Revista Acadêmica Global de Enfermagem**, v. 2, n. Sup. 3, p. e188-e188, 2021.

SILVA, C. R. da. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SOLANO, G. F. Previdência social e demografia: mudança necessária. 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/colecao-previdencia-social/vol-37.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2024.

TAFNER, P.; NERY, P. F. Reforma Da Previdência-Por Que o Brasil Não Pode Esperar? 1ª edição. **GEN Atlas**, 2018.

TIBULO, C.; CARLI, V.; DULLIUS, A. I. S. Evolução populacional do Brasil: uma visão demográfica. *Scientia Plena*, v. 8, n. 4 (a), 2012.

WAJNMAN, S.; OLIVEIRA, A. M. H. C.; OLIVEIRA, EL de. Os idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos**, v. 60, p. 453-480, 2004.

WEINTRAUB, A. B. V. Coexistência do regime de repartição com o regime de capitalização. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 97, p. 211-217, 2002.

WONG, L. L. R.; CARVALHO, J. A.. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos de população**, v. 23, p. 5-26, 2006.